



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

## Secretaria Municipal de Saúde

### CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL 2012

PROVA TIPO

3

Cargo (Nível Superior):

## ASSISTENTE SOCIAL

Prova de Português, Fund. da Administração Pública e Legislação do SUS e Conhecimentos Específicos

### CADERNO DE QUESTÕES

#### INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste **Caderno de Questões** e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também se contém **80 (oitenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **4h (quatro horas)** para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova após decorridas **2h (duas horas)** do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira seu **nome**, número do seu **documento de identificação** e **cargo escolhido**.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas**.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme modelo: 1 

A	B	C	D	E
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal** de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** objetivas e **assine a Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) fiscal de sala, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a **assinatura da Ata de Encerramento** de provas.

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):



FUNDEPES

Maceió/AL, 16 de Dezembro de 2012.



Você confia no resultado!



## PORTUGUÊS

### 1. Considere o texto abaixo e marque a opção correta.

1 Eu fui vítima dele. Por causa dele odiei a escola. Nas  
2 minhas caminhadas passadas, eu o via diariamente. Naquela  
3 adolescente gorda de rosto inexpressivo que caminhava olhando  
4 para o chão. E naquela outra, magricela, sem seios,  
5 desengonçada, que ia sozinha para a escola. Havia grupos de  
6 meninos e meninas que iam alegremente, tagarelando, se  
7 exibindo, pelo mesmo caminho... Mas eles não convidavam nem  
8 a gorda e nem a magricela. Dediquei-me a escrever sobre os  
9 sofrimentos a que as crianças e adolescentes são submetidos  
10 em virtude dos absurdos das práticas escolares. Mas nunca  
11 pensei sobre os sofrimentos que colegas infligem a colegas  
12 seus. [...] Crianças e adolescentes podem ser cruéis. [...] “Bullying”  
13 é o nome dele. Fica o nome inglês porque não se  
14 encontrou palavra em nossa língua que seja capaz de dizer o  
15 que “bullying” diz. “Bully” é o valentão: um menino que, em  
16 virtude de sua força e de sua alma deformada pelo sadismo, tem  
17 prazer em intimidar e bater nos mais fracos. [...] As meninas  
18 usam outros tipos de força que não a força dos punhos. E o  
19 terrível é que a vítima sabe que não há jeito de fugir. [...]

ALVES, Rubens. A forma escolar de tortura. Disponível em:  
<http://www.rubemalves.com.br/aformaescolardatortura.htm> (Texto adaptado).

- A) Em "Nas minhas caminhadas passadas, eu o via diariamente" (linhas 1-2), "o" exerce a função sintática de objeto direto.
- B) Em "Mas nunca pensei sobre os sofrimentos que colegas infligem a colegas seus" (linhas 10-12), "a" exerce a função sintática de objeto direto.
- C) O pronome "dele" (linha 1) faz referência à "adolescente gorda" (linha 3).
- D) Na expressão "Havia grupos de meninos e meninas que iam alegremente, tagarelando..." (linhas 5-6), "que" exerce a função pronome indefinido.
- E) Em "Dediquei-me a escrever sobre os sofrimentos [...]" (linhas 8-9), "me" exerce a função sintática de objeto direto.

### 2. A oração intercalada, do grupo oracional abaixo, deve ser classificada como sendo de

"Em 1945, isto aconteceu no dia do aniversário da morte do seu pai, recebi a notícia de que a guerra havia acabado."

- A) ressalva.
- B) opinião.
- C) citação.
- D) advertência.
- E) escusa.

### 3. Considerando as funções sintáticas do pronome relativo das orações adjetivas, marque a opção correta.

- A) Em "Este é o pesquisador por que foi escrito o artigo", "que" tem a função de agente da passiva.
- B) Em "A pessoa a que entreguei o documento deixou-o no aeroporto", "que" tem a função de objeto direto.
- C) Em "O aluno que estuda aprende", "que" tem a função de objeto direto.
- D) Em "O romance que lemos é policial", "que" tem a função de predicativo.
- E) Em "O remédio de que tenho necessidade é muito caro", "que" tem a função de objeto indireto.

- 4. Quanto à concordância verbal, assinale o enunciado que está em acordo com a norma-padrão.
  - A) O pai ou o nosso padraço merecem o respeito de todos.
  - B) Um ou dois livros foi retirado da estante ontem.
  - C) Os problemas da empresa João é menos importantes do que os meus.
  - D) Tudo é tristezas e desabafos.
  - E) A provisão eram alguns sacos de feijão.

### 5. Quanto à concordância nominal, assinale o enunciado que está em acordo com a norma-padrão.

- A) Podemos dizer que agora estamos quite.
- B) Apesar de estarmos bastantes cansados, fomos à praia.
- C) A moça agradeceu: muito obrigado!
- D) Há bastantes pessoas satisfeitas com sua gestão.
- E) É proibida entrada de pessoas estranhas neste local.

### 6. Considere o fragmento textual abaixo e assinale a opção correta.

A campanha presidencial americana é uma mistura estranha, ou mais estranha que a habitual, de personalidades e ideologia. A imprensa dedicou grande atenção aos contrastes entre as personalidades do presidente Obama (que é considerado muito simpático) e de seu adversário, Mitt Romney (mais rígido e menos simpático), e, no fim das contas, é possível que suas características pessoais venham a determinar o resultado das eleições. Não há dúvida de que a diferença será apertada, e que o fator "simpatia" poderá ser determinante para uma faixa decisiva de 2% a 4% do eleitorado. [...]

KEYSSAR, Alexander. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/educacao/73/questoes-da-politica-americana/muito-longo-da-esperanca> (Texto adaptado).

- A) Em "Não há dúvida de que a diferença será apertada", há uma oração subordinada substantiva completiva nominal.
  - B) Em "A imprensa dedicou grande atenção aos contrastes entre as personalidades do presidente Obama [...] e de seu adversário [...]", há uma oração subordinada adjetiva restritiva.
  - C) Em "A campanha presidencial americana é uma mistura estranha, ou mais estranha que a habitual, de personalidades e ideologia", a informação intercalada "ou mais estranha que a habitual" é uma oração subordinada substantiva subjetiva.
  - D) Em "Não há dúvida de que a diferença será apertada", há uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.
  - E) Em "[...] é possível que suas características pessoais venham a determinar o resultado das eleições" há uma oração subordinada substantiva apositiva.
7. Na expressão "A bolsa, Maria a trazia escondida com medo do pior acontecer", o termo grifado deve ser corretamente classificado como
- A) agente da passiva.
  - B) objeto indireto pleonástico.
  - C) objeto direto.
  - D) objeto direto pleonástico.
  - E) complemento nominal.

8. A respeito do fragmento “Todas as células do corpo precisam de água para funcionar, e as neuronais não são exceção”, explica o fisiologista e autor da pesquisa, Lawrence Armstrong”, é correto afirmar:

- A) “Todas” é pronome relativo.
- B) Os verbos “precisam” e “são” admitem a mesma regência verbal.
- C) em “[...] explica o fisiologista e autor da pesquisa, Lawrence Armstrong”, o termo “Lawrence Armstrong” é aposto.
- D) a vírgula, anteposta a “e as neuronais não são exceção”, é facultativa.
- E) o verbo “precisam” pode ser substituído por “possuem” sem causar prejuízo sintático-semântico ao fragmento.

9. Sobre o acento indicativo de crase, analise os enunciados abaixo e marque o que está em acordo com a norma-padrão.

- A) Escreveu uma longa carta à lápis.
- B) Ele ofereceu o trabalho a homem ou à mulher?
- C) Não assisto mais a filmes hoje, porque já assisti à duas sessões ontem.
- D) A medida que o IPI baixa, é melhor comprar os móveis a prazo e não à vista.
- E) Refiro-me às duas meninas, às quais dedico muito amor.

10. Assinale a opção em que a partícula se é índice de indeterminação do sujeito.

- A) As duas amam-se como irmãs.
- B) Avó e neta queriam-se muito.
- C) O cego deixou-se levar pelo guia.
- D) Se você está doente, trate-se.
- E) Vive-se bem aqui no Brasil.

11. Leia o texto abaixo e marque a opção correta.

– Pai, vó caiu na piscina.  
– Tudo bem, meu filho.  
[...]  
– Escutou o que eu falei, pai?  
– Escutei, e daí? Tudo bem.  
– Cê não vai lá?  
– Não estou com vontade de cair na piscina.  
– Mas ela tá lá...  
– Eu sei, você já me contou. Agora deixe seu pai fumar um cigarrinho descansado.”

ANDRADE, Carlos Drummond. Vó caiu na piscina. Rio de Janeiro, 1996 (Verso na prosa, Prosa no verso, 3)

- A) Na expressão “Não estou com vontade de cair na piscina”, o nome “vontade” pode ser regido pela preposição “em”.
- B) A expressão “cair na piscina” causa ambiguidade textual.
- C) Na expressão “Escutou o que eu falei, pai?”, o termo “pai” é aposto explicativo.
- D) O verbo “cair”, no texto, denota, contextualmente, o ato de perder o equilíbrio ou levar uma queda.
- E) Na expressão “Mas ela tá lá...” o pronome “ela” permite a progressão textual e é classificado como pronome oblíquo átono.

12. Analise a tirinha abaixo e marque a opção correta.



clubedamafalda.blogspot.com

- A) O verbo “dizer”, da expressão “[...] se não entende o que dizem?”, é classificado como irregular e a segunda pessoa do plural do futuro do subjuntivo é “disseres”.
- B) Em “[...] e até hoje ninguém sabe o que quer dizer au au”, o verbo “saber” conjugado na primeira pessoa do singular do indicativo é “saibo”.
- C) “Deles”, no segundo quadrinho, é uma retomada linguística chamada anáfora.
- D) Em “Como é que você pode gostar deles...”, o verbo “poder” segue o mesmo paradigma de conjugação do verbo “pôr” por serem verbos defectivos.
- E) “Deles”, no segundo quadrinho, é uma retomada linguística chamada catáfora.

13. Acerca da imagem abaixo, marque a opção verdadeira.



Transcrição do texto do balão: “O NOVO modelo ROOSEVELT de ESPERANÇA...”

Fonte: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-73>

- A) Enquanto gênero textual da esfera jornalística, é uma sátira social revestida de acontecimentos políticos.
- B) É um gênero textual do domínio oral encontrado, sobretudo, em revistas especializadas.
- C) Enquanto gênero textual da esfera política, objetiva criticar fatos políticos por meio de personagens reais envolvidas em situações corriqueiras do dia a dia.
- D) Não pode ser classificado como texto, tendo em vista não possuir linguagem verbal.
- E) Divulga explicitamente as relações político-financeiras dos candidatos à presidência dos EUA, considerando-se que é um gênero textual imparcial e impessoal.

14. Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

**Final Feliz?**

*Ingredientes*

3 filhas com grave problema renal (há quatro anos fazem diálise e esperam um órgão na fila de transplante);

1 mãe que possui apenas dois rins e, destes, apenas um disponível;

1 Hospital do Rim, na zona sul de São Paulo;

1 médico especialista em transplantes e 1 equipe de apoio para este médico.

*Modo de fazer*

1. Pegue as filhas, leve-as ao médico e faça-as descobrir a grave doença; deixa-as em banho-maria;
2. Pegue então a mãe e dê a notícia a ela, dizendo que ela terá de escolher a qual das filhas doará seu rim; reserve;
3. [...] Este procedimento causará grande ebulição de sentimentos (angústias, ansiedade, tristezas etc.); espere então até que esfrie;
4. Convoque então as quatro para que decidam juntas qual das filhas receberá o rim;
5. [...] Resolvido? Então leve a mãe e as filhas ao Hospital do Rim [...];
6. Entre apenas com a mãe e apenas uma das filhas na sala de cirurgia;
7. Faça o transplante e deixe as outras duas filhas esperando na fila de transplante;
8. Retorne, então, com a filha transplantada e a mãe para casa, e leve as outras duas para o hospital para fazer diálise;
9. Final feliz?

Texto adaptado. Autora: Júlia Portela, aluna do Curso de Comunicação e Mídias da PUC-SP. Disponível em Koch & Elias (2011)

O texto acima é caracterizado como sendo o gênero

- A) receita culinária.
- B) manchete.
- C) carta.
- D) notícia.
- E) artigo de opinião.

15. Sobre as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2008, marque a opção correta.

- A) O hífen deixa de ser empregado quando o prefixo termina em vogal diferente da vogal com que se inicia o segundo elemento. Constituem-se exemplos dessa regra: *aeroespacial*, *antieducativo* e *semiaberto*.
- B) Segundo as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o vocabulário e a sintaxe permanecem exatamente como estão, e a pronúncia sofre leves alterações.
- C) Não foi alterado o acento na conjugação da terceira pessoa do plural do presente do indicativo ou subjuntivo dos verbos *crer*, *dar*, *ler* e *ver*.
- D) O acento diferencial em *pôde/pode* foi extinto, como podemos perceber na frase "Ontem, ele não *pode* sair mais cedo, mas hoje ele *pode*".
- E) Com o prefixo *vice*, não se usa mais o hífen. Exemplos do uso dessa regra são: *vice-reitor*, *vice-presidente* e *vice-secretário*.

16. Marque a opção em que há pelo menos uma palavra que foi alterada pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

- A) Os fiéis participaram dos festejos da paróquia.
- B) Os Müller são bons vizinhos.
- C) Eles têm desejos e não param de sonhar.
- D) O vice-reitor visitou os alunos do Curso de Enfermagem mês passado.
- E) Cada qual sabe a dor que tem.

As questões 17 e 18 se referem ao texto abaixo.

**Beba água e melhore seu raciocínio**

Ficar só um pouco desidratado já compromete o trabalho dos neurônios e causa até irritação



Novo estudo da Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos, aponta um motivo inusitado para bebermos bastante líquido ao longo do dia, e especialmente quando estamos lendo, estudando, escrevendo... Após acompanhar 51 voluntários submetidos a testes de atenção e lógica, os cientistas descobriram que mesmo uma desidratação leve – aquela que muitas vezes surge antes de a sede dar as caras – já atrapalha o raciocínio. Mais do que isso, o humor piora com a falta de H<sub>2</sub>O no organismo. "Todas as células do corpo precisam de água para funcionar, e as neuronais não são exceção", explica o fisiologista e autor da pesquisa, Lawrence Armstrong. "Sem hidratação adequada, as informações e os sentimentos acabam sendo processados de um jeito impróprio pela massa cinzenta", conclui.

RUPRECHT, Theo. Disponível em: [http://saude.abril.com.br/edicoes/0350/bem\\_estar/beba-agua-melhora-seu-raciocinio-688085.shtml](http://saude.abril.com.br/edicoes/0350/bem_estar/beba-agua-melhora-seu-raciocinio-688085.shtml)

17. Conforme o texto, assinale a opção correta.

- A) O cérebro processa as informações com deficiência a depender da quantidade de água que ingerimos.
- B) O humor e os sentimentos, para não serem afetados, independem da quantidade de água ingerida diariamente.
- C) Passar dias sem tomar água compromete o processamento cerebral, causando irritação.
- D) Precisamos beber água enquanto lemos, estudamos e escrevemos para evitar a morte das células.
- E) As células do corpo, a exemplo das neuronais, precisam de doses mínimas de água.

18. Em resumo, o texto de Theo Ruprecht

- A) expõe que estudos feitos com voluntários comprovaram a ineficácia da água quando o assunto é raciocínio.
- B) afirma que sem hidratação adequada podemos ter boa saúde mental.
- C) mostra que tomar água com frequência evita problemas de saúde.
- D) evidencia que a mínima desidratação interfere no funcionamento dos neurônios.
- E) prova que as células neuronais funcionam, sobretudo, à base de água.



19. No enunciado "Ele me prometeu que casaria comigo no ano passado, mas não o fez", o termo "o" é classificado como
- A) pronome oblíquo tônico.
  - B) pronome pessoal.
  - C) pronome demonstrativo.
  - D) objeto indireto.
  - E) pronome relativo.

20. As formas verbais que completam corretamente a expressão abaixo são:

Eu (agir) assim, porque não (enxaguar) meus cabelos todos os dias.

- A) ago, enxágua
- B) ajo, enxágoa
- C) hajo, enxágua
- D) ajo, enxagua
- E) ajo, enxáguo

## FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO DO SUS

21. Dadas as afirmativas abaixo sobre os princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro,

- I. O Princípio da Eficiência preconiza que a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, qualidade e rendimento funcional.
- II. O Princípio da Publicidade impõe a presença do nome do gestor público nos atos e nas obras do Poder Público.
- III. O Princípio da Moralidade orienta a punição dos chamados atos de improbidade administrativa.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) I.
- D) II.
- E) III.

22. Não constitui característica do poder hierárquico:

- A) dar ordens aos subordinados, implicando em um dever de obediência para esses últimos, salvo quando as ordens forem manifestamente ilegais.
- B) controlar a atividade dos órgãos inferiores, corrigindo ilegalidades.
- C) poder de delegar a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos, as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- D) avocar, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- E) manter, na Administração Pública, uma estrutura hierarquizada de órgãos e de agentes públicos.

23. Com relação ao Decreto nº 7.508, que regulamenta a Lei nº 8.080/90, dispondo sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a opção correta.

- A) Caberá aos entes federativos para assegurar ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS ofertar regionalmente as ações, mas não os serviços de saúde.
- B) O Ministério da Saúde disporá sobre critérios, diretrizes, procedimentos, que auxiliem os entes federativos a assegurar ao usuário o acesso às ações e serviços de saúde do SUS, sendo vedadas outras medidas para atingir esse mesmo objetivo.
- C) O acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde será ordenado pela atenção primária e deve ser fundado na avaliação da gravidade do risco individual e coletivo e no critério cronológico, observadas as especificidades previstas para pessoas com proteção especial, conforme legislação vigente.
- D) As Comissões Intergestoras evitarão pactuar regras de continuidade do acesso do usuário às ações e aos serviços de saúde na respectiva área de atuação.
- E) Caberá aos entes federativos para assegurar ao usuário o acesso universal, igualitário e ordenado às ações e serviços de saúde do SUS garantir o sigilo no acesso às ações e aos serviços de saúde.



**24.** Com relação aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 8666/93, assinale a opção incorreta.

- A) Podem ser alterados por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- B) Podem ser alterados por acordo das partes, quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- C) Podem ser alterados unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- D) Podem ser alterados unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.
- E) Podem ser alterados unilateralmente, quando conveniente a substituição da garantia de execução.

**25.** Com relação ao Estatuto dos Servidores Municipais de Maceió (Lei nº 4.973/00), assinale a opção incorreta.

- A) A posse em cargo público de provimento efetivo dependerá de prévia inspeção médica, realizada pela Junta Médica Oficial do município.
- B) Somente pode ser empossado aquele que for julgado apto físico e mentalmente para o exercício do cargo.
- C) A posse é a investidura do servidor em cargo público e dar-se-á pela assinatura do respectivo termo.
- D) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, sendo permitida uma prorrogação.
- E) A posse poderá dar-se mediante procuração específica lavrada em cartório.

**26.** Dadas as seguintes afirmativas com relação ao regime de licitações previsto pela Lei nº 8666/93,

- I. As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vista ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- II. A concorrência é a modalidade de licitação cabível, qualquer que seja o valor de seu objeto, tanto na compra ou alienação de bens imóveis, como nas concessões de direito real de uso e, em regra, nas licitações internacionais.
- III. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual.

verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) II e III, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, apenas.
- D) II, apenas.
- E) I e II, apenas.

**27.** Sobre o controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) O poder de autotutela decorre do controle externo inerente à Administração Pública.
- B) O controle de legalidade é o que se consuma pela verificação da conveniência e da oportunidade da conduta administrativa.
- C) O controle de legalidade da Administração Pública pode ser exercido de ofício ou por provocação de algum interessado, correspondendo ao exame sobre a compatibilidade da conduta administrativa com as normas legais que a regem.
- D) É externo o controle que cada um dos Poderes exerce sobre seus próprios atos e agentes.
- E) A Constituição Federal prevê que a União será fiscalizada mediante o controle interno a cargo do Congresso Nacional e o controle externo de cada Poder.

**28.** Sobre o poder de polícia, assinale a opção correta.

- A) Suponha que certa autoridade administrativa determine o afastamento de ocupante de cargo em comissão, por este ter utilizado, para fins pessoais, um automóvel pertencente ao Poder Público. Neste caso, o ato de afastamento enquadra-se como ato de polícia administrativa.
- B) Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade não podem ser utilizados como parâmetros para avaliar eventuais excessos praticados pelo Poder Público no exercício de poder de polícia, por serem muito vagos e imprecisos.
- C) Admite-se a delegação do poder de polícia à pessoa jurídica de direito privado, desde que precedida de licitação pública.
- D) Alguns atos praticados no exercício do poder de polícia se revestem do atributo da autoexecutoriedade, permitindo à Administração Pública utilizar de meios diretos de coação como, por exemplo, a destruição de alimentos nocivos à saúde pública.
- E) Os atos de fiscalização e aplicação de sanções administrativas emanados do exercício do poder de polícia não podem ser objeto de controle jurisdicional, em nome do princípio da separação dos poderes.

**29.** Segundo a Lei Orgânica de Maceió, compete ao Município:

- A) instituir, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o serviço público de transporte intermunicipal.
- B) exercitar o poder de polícia administrativa, limitando o interesse coletivo em benefício do interesse individual.
- C) legislar sobre os assuntos de interesse geral, revogando eventual legislação federal e estadual que estejam em sentido contrário.
- D) instituir e arrecadar tributos, fixar tarifas, estabelecer preços e aplicar suas rendas, observada a obrigatoriedade da prestação anual de contas pelos administradores, dispensada a apresentação periódica de balancetes.
- E) expedir plano diretor destinado a garantir a execução de política racional do desenvolvimento e de expansão urbanos.



**30.** Maria Joana, servidora pública municipal de Maceió, lotada na Secretaria de Saúde, sofreu limitação em sua capacidade de trabalho, decorrente de acidente de trânsito. Em inspeção médica, concluiu-se que citada servidora não estava incapacitada para o serviço público, mas constatou-se também que ela não mais dispunha de habilidade para desempenhar as funções do cargo no qual fora investido. A administração municipal providenciou, então, a investidura de Maria Joana em outro cargo, com atribuições compatíveis com a limitação sofrida. Esta nova investidura é denominada

- A) readaptação.
- B) aproveitamento.
- C) reversão.
- D) reintegração.
- E) recondução.

**31.** Em relação ao controle jurisdicional dos atos da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) Apenas após esgotadas as vias administrativas é que o Poder Judiciário pode ser provocado para apreciar a legalidade de ato da Administração Pública.
- B) A existência do controle externo pelo Poder Judiciário não exclui o poder de autotutela da Administração Pública, pelo qual ela pode rever os seus próprios atos.
- C) O controle jurisdicional apenas pode ser realizado em relação aos atos vinculados da Administração Pública.
- D) No controle dos atos discricionários, o Poder Judiciário pode analisar a competência para prática do ato, mas não a sua forma, que é de livre escolha do agente público.
- E) O juiz pode analisar o mérito do ato discricionário se considerar manifesta a inconveniência de sua manutenção.

**32.** Mário Sérgio, servidor público municipal, foi acusado de receber elevada quantia em dinheiro para praticar ato ilegal no exercício de sua função com o objetivo de beneficiar uma pessoa. Mário Sérgio foi denunciado criminalmente perante o Poder Judiciário e, pela mesma conduta, respondeu a processo administrativo disciplinar. No juízo criminal, ficou provado que a ilicitude foi cometida por João Paulo, outro servidor lotado no mesmo órgão que Mário Sérgio, sendo este, ao final, considerado inocente das acusações. Considerando esta situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) Caso já tenha sido decidido o processo administrativo disciplinar, Mário Sérgio terá que cumprir a penalidade administrativa, mesmo tendo sido inocentado na esfera criminal.
- B) Não é válida a tramitação simultânea dos processos judicial e administrativo contra Mário Sérgio.
- C) A decisão judicial não causará nenhuma repercussão no processo administrativo, pois cuidam-se de instâncias independentes.
- D) Apenas quando, no processo criminal, for reconhecida a inexistência do fato imputado ao réu é que a decisão judicial repercutirá no processo administrativo.
- E) Diante da decisão judicial, Mário Sérgio não deverá mais responder pelo mesmo fato no processo administrativo disciplinar.

**33.** Dados os itens abaixo, levando em consideração o Estatuto dos Servidores de Maceió (Lei nº 4.973/00) no que diz respeito à responsabilização do agente público,

- I. O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas funções.
- II. Os efeitos da ação regressiva movida pelo Poder Público contra seu servidor transmitem-se aos herdeiros e sucessores deste, respeitado o limite do valor da herança transferida.
- III. Apenas quando o servidor público atuar com dolo, causando prejuízo ao erário, é que deverá ser condenado a ressarcir os cofres públicos.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) III.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) II.
- E) I.

**34.** Assinale a opção incorreta sobre as noções de orçamento público.

- A) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias e apreciados pelo Congresso Nacional.
- B) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- C) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- D) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- E) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

**35.** Na hipótese de alguns municípios situados no mesmo Estado decidirem se unir com o propósito de estabelecer uma gestão associada de serviços públicos na área de saúde, visando a redução de custos operacionais, elevação da eficiência administrativa e maior cobertura na prestação dos serviços, poderão criar a seguinte entidade administrativa:

- A) organização da sociedade civil de interesse público.
- B) organização social.
- C) sociedade de economia mista.
- D) empresa pública.
- E) consórcio público.



**36.** Dados os itens abaixo, levando em consideração o Estatuto dos Servidores de Maceió (Lei nº 4.973/00),

- I. É vedada, em regra, a acumulação remunerada de cargos públicos. Essa proibição, contudo, não se estende aos empregos e funções nas empresas públicas e sociedades de economia mista.
- II. A acumulação de cargos, empregos e funções, quando admitida em lei, fica condicionada à compatibilidade de horários.
- III. A acumulação ilegal de cargo, emprego ou função é hipótese prevista em lei de demissão do servidor público.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) III.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) II.
- E) I.

**37.** Dados os itens abaixo, sobre o regime de prestação de serviços públicos,

- I. Nos contratos de concessão de serviços públicos, a fiscalização do serviço delegado compete ao Poder Público concedente, que dispõe, inclusive, de poder de intervenção para regular o serviço, quando estiver sendo prestado deficientemente aos usuários.
- II. De acordo com a legislação pertinente, não constitui parceria público-privada a concessão de serviços públicos ou de obras públicas quando não envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- III. Na celebração de parcerias público-privadas, são indelegáveis ao parceiro-privado as funções de regulação, jurisdicional, do exercício de poder de polícia e de outras exclusivas do Estado.

verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) apenas III.
- B) apenas II.
- C) apenas II e III.
- D) apenas I e II.
- E) I, II e III.

**38.** Dados os itens abaixo, de acordo com as regras e princípios que regem as licitações públicas,

- I. Caso determinada unidade administrativa esteja diante de situação em que deva realizar licitação na modalidade convite, será legítimo ao administrador querer realizar na modalidade tomada de preço.
- II. Considera-se deserta a licitação quando nenhum dos interessados é selecionado em decorrência da inabilitação ou desclassificação.
- III. Nas hipóteses em que a lei autoriza a contratação direta, sem licitação, dispensa-se a justificativa do agente público em relação à escolha da contratada.

verifica-se está(ão) correto(s) que apenas

- A) III.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) II.
- E) I.

**39.** Dados os itens abaixo, cerca dos princípios constitucionais da Administração Pública,

- I. O princípio da legalidade administrativa proíbe a divulgação da remuneração recebida pelos ocupantes de cargos públicos, bem como as funções por eles desempenhadas.
- II. O servidor público, no exercício de suas funções, deve obediência não apenas à legalidade estrita, mas também à moralidade administrativa, que impõe um dever ético na gestão da coisa pública.
- III. A proibição para nomear parentes para cargos em comissão é matéria que depende de lei, não se admitindo que esta vedação decorra de decisão judicial.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) III.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) II.
- E) I.

**40.** Dados os itens abaixo, a respeito do controle exercido sobre o Poder Executivo municipal, nos termos da Lei Orgânica de Maceió,

- I. Caso sejam celebrados contratos de gestão entre Administração Pública municipal e entidades privadas sem fins lucrativos, por meio dos quais são previstos repasses de recursos públicos para fomentar as atividades desenvolvidas por tais entidades, o Tribunal de Contas do Estado não é competente para fiscalizar o uso devido dos valores transferidos.
- II. A fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado abrange os entes da Administração Pública direta e indireta do Município de Maceió.
- III. Os responsáveis pelo controle interno da Administração Pública, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

verifica-se que está(ão) correto(s) apenas

- A) III.
- B) I e II.
- C) II e III.
- D) II.
- E) I.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

- 41.** A Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº. 8.662/93) institui penalidades para os profissionais que a infringirem, dentre as quais podemos identificar:
- A) advertência pública.
  - B) retenção da carteira de identidade profissional.
  - C) cancelamento temporário do registro profissional.
  - D) multa de seis a dez vezes o valor da anuidade vigente.
  - E) suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social que, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta.
- 42.** O aporte instrumental pode ser definido como um conjunto articulado de instrumento e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Em se tratando do Serviço Social, o seu instrumental se constitui como uma categoria em constante movimento, a qual se desenvolve no cotidiano, na realidade a ser enfrentada, nos objetivos que se pretende atingir, sendo necessária a articulação entre as competências
- A) éticas, metodológicas e pessoais.
  - B) criativas, técnicas e avaliativas.
  - C) teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.
  - D) normativas, técnicas e valorativas.
  - E) metodológicas, técnicas e privativas.
- 43.** A Seguridade Social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade que são destinadas a assegurar direitos relativos à
- A) saúde, previdência e assistência social.
  - B) cultura, assistência social e previdência.
  - C) saúde, meio ambiente e educação.
  - D) educação, previdência e assistência social.
  - E) assistência social, saúde e educação.
- 44.** Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988, as ações e os serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único que se organiza de acordo com as seguintes diretrizes:
- A) redução do risco de doença; participação da comunidade e acesso universal.
  - B) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e proteção à maternidade, principalmente as gestantes.
  - C) descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.
  - D) cobertura de eventos de doença; proteção à maternidade, principalmente as gestantes e regionalização.
  - E) a promoção à saúde; proteção à maternidade e o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- 45.** De acordo com os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, são desenvolvidas pelos assistentes sociais ações no atendimento direto aos usuários da política de saúde; dentre elas, as que predominam são as ações
- A) socioeducativas, preventivas e socioassistenciais.
  - B) integradas, socioassistenciais e de promoção à saúde.
  - C) preventivas, socioeducativas e integradas.
  - D) socioassistenciais, de articulação interdisciplinar e socioeducativas.
  - E) preventivas, socioassistenciais e socioeducativas.
- 46.** Segundo Regina Mito e Vera Nogueira (2009), a construção da integralidade e da participação social em saúde, pelo Serviço Social, está atrelada a três processos básicos, dialeticamente articulados, a saber:
- A) os processos de orientação e acompanhamento social, os processos organizativos e os processos de formulação de políticas públicas.
  - B) os processos de planejamento, os processos de formulação de políticas públicas e os processos socioeducativos.
  - C) os processos preventivos, os processos socioeducativos e os processos de planejamento.
  - D) os processos organizativos, os processos administrativos e os processos de planejamento.
  - E) os processos político-organizativos, os processos de planejamento e gestão e os processos socioassistenciais.
- 47.** A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), em seu artigo 4º, caracteriza o Sistema Único de Saúde – SUS, com o sendo
- A) um conjunto articulado de ações de promoção, prevenção e proteção à saúde.
  - B) ações e serviços de saúde prestados de forma integral e universal a quem dela necessitar.
  - C) um conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.
  - D) um conjunto de ações e serviços de saúde de iniciativa público-privada.
  - E) um conjunto articulado de ações e serviços de saúde prestados somente por instituições federais.
- 48.** Em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), é incorreto afirmar:
- A) considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou da pessoa idosa, a família cuja a renda mensal *per capita* seja inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo.
  - B) o benefício será cancelado quando se constatar irregularidade na sua concessão ou utilização.
  - C) a situação de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao benefício.
  - D) para efeito de concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.
  - E) o Benefício de Prestação Continuada deve ser revisto a cada 4 (quatro) anos para a avaliação da continuidade das condições que lhes deram origem.



**49.** A previdência social, componente do tripé da Seguridade Social, provê aos seus segurados benefícios previdenciários, dentre eles a aposentadoria por invalidez, que pode ser caracterizada como

- A) um benefício pago ao segurado quando a perícia médica previdenciária reconhece, por meio de laudo, que a incapacidade do segurado ao trabalho é total e definitiva e insusceptível de reabilitação para qualquer atividade remunerada.
- B) um benefício pago à família do segurado por sua situação de invalidez.
- C) um benefício pago ao segurado, por motivo de doença ou acidente de trabalho, devendo o segurado retornar ao trabalho no prazo de 120 dias.
- D) um benefício pago ao segurado quando atinge 65 anos se homens ou 60 se mulheres.
- E) um benefício pago ao segurado, que durante sua vida profissional contribui a previdência social por 15, 20 ou 25 anos, exclusivamente em condições especiais de trabalho.

**50.** Na década de 90, algumas legislações e regulamentações deram sustentabilidade legal e institucional ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, dentre elas:

- A) lei de Regulamentação da Profissão de 1993, Código de Ética Profissional de 1993 e Congresso da Virada.
- B) o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social de 1996 e as legislações sociais que referenciam o exercício profissional (Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 e a Lei Orgânica da Saúde em 1990).
- C) o Código de Ética Profissional de 1990, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social em 1996.
- D) o Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1990 e a Constituição Federal de 1988.
- E) as legislações sociais que referenciam o exercício profissional (Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 e a Lei Orgânica da Saúde em 1990), a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e o Código de Ética Profissional de 1986.

**51.** Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), são necessários requisitos para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, sendo estes:

- A) reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 (vinte e um) anos e residir no município.
- B) reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 (vinte e um) anos e nível superior.
- C) residir no município, idade superior a 18 (dezoito) anos e nível superior.
- D) residir no município, idade superior a 18 (dezoito) anos e reconhecida idoneidade moral.
- E) nível superior, residir no município e reconhecida idoneidade moral.

**52.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na citada Lei forem ameaçados ou violados por

- A) falta grave dos pais ou responsáveis; ação ou omissão da sociedade ou do Estado e em razão de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social.
- B) falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; interdição das unidades de abrigo e em razão de sua conduta.
- C) falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis; por ação ou omissão da sociedade ou do Estado e em razão de sua conduta.
- D) interdição das unidades de abrigo; abandono dos pais ou responsáveis e em razão de dificuldades pedagógicas escolares.
- E) omissão dos pais ou responsáveis; interdição das unidades de abrigo e em razão de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social.

**53.** A presença de Assistentes Sociais nas escolas expressa uma compreensão da educação em uma dimensão mais integral, articulando os diferentes processos da vida social do educando. Nessa direção, a inserção desses profissionais nos espaços educacionais tem-se dado no sentido de

- A) fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais e dos processos socioinstitucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais.
- B) moralizar os educandos, combatendo os índices de gravidez na adolescência.
- C) supervisionar o trabalho dos educadores.
- D) contribuir para o acirramento das expressões da questão social, presente no cotidiano escolar.
- E) fortalecer as práticas educativas pedagógicas.

**54.** Em relação aos dispositivos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), assinale a opção correta.

- A) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é a instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social, formado por gestores governamentais e usuários dos serviços.
- B) As entidades assistenciais privadas não fazem parte do sistema de assistência social, mas podem estabelecer convênios com o poder público registrando em cartório e nos demais órgãos necessários para que possam funcionar.
- C) Como direito do cidadão e dever do Estado, a assistência social é política de seguridade social contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto não integrado de ações de iniciativa exclusivamente pública.
- D) São consideradas como entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam atendimento e acompanhamento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, mediante algum tipo de retribuição financeira.
- E) Um dos princípios da LOAS é a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da assistência, alcançável pelas demais políticas públicas.



- 55.** O artigo 18 do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais autoriza a quebra de sigilo profissional em situações:
- A) cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo ao interesse dos usuários, de terceiros ou da coletividade.
  - B) em que somente estiverem em risco os interesses individuais.
  - C) cuja gravidade coloque em risco as concepções pessoais do profissional.
  - D) cuja gravidade não coloque em risco os interesses dos usuários, de terceiros ou da coletividade.
  - E) em que somente houver fato delituoso, cuja gravidade coloque em risco os interesses dos usuários, de terceiros ou da coletividade.
- 56.** O Estatuto da Criança e do Adolescente institui o paradigma da proteção integral a crianças e adolescentes, que passam a ser considerados
- A) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos não possuidores de direitos que devem ser prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado.
  - B) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos sem prioridade absoluta.
  - C) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado.
  - D) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser prioridade absoluta somente da família.
  - E) seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento, sujeitos de direitos que devem ser prioridade absoluta somente do Estado.
- 57.** A política de saúde introduzida no texto constitucional de 1988 inspirou-se em muitas das proposições defendidas por vários anos pelo Movimento
- A) Epidemiológico.
  - B) Para a saúde do trabalhador.
  - C) Pró-saúde.
  - D) Saúde para todos.
  - E) Sanitarista.
- 58.** Em relação aos benefícios eventuais garantidos na Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº. 8.742/1993), é correto afirmar:
- A) os benefícios eventuais constituem-se da garantia de um salário mínimo mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais.
  - B) entende-se por benefícios eventuais aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário mínimo.
  - C) não poderão ser estabelecidos outros benefícios eventuais além dos garantidos na Lei nº. 8.742/1993.
  - D) entende-se por benefícios eventuais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida das populações.
  - E) os benefícios eventuais compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar os serviços assistenciais.

- 59.** Conforme Cartilha dos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social construída pelo Conselho Federal de Serviço Social, a atuação dos assistentes sociais na política de assistência social deve afastar-se das abordagens
- A) que tenham vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.
  - B) em uma perspectiva de totalidade.
  - C) tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente.
  - D) em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais.
  - E) orientadas em uma perspectiva crítica.
- 60.** Em relação ao Centro de Referência da Assistência Social, é incorreto afirmar:
- A) executa serviços de proteção social básica.
  - B) atua com famílias que tiveram seus direitos violados.
  - C) o Programa de Atenção Integral as Famílias (PAIF) é desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).
  - D) atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sociofamiliar e comunitário.
  - E) é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano.
- 61.** Conforme Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os municípios comportam três níveis de gestão, sendo elas:
- A) inicial, básica e plena.
  - B) primária, básica e plena.
  - C) primária, secundária e terciária.
  - D) inicial, secundária e terciária.
  - E) inicial, secundária e plena.
- 62.** São instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo da assistência social:
- A) o Conselho Federal de Assistência Social, os Conselhos Regionais de Assistência Social e as delegacias seccionais de Assistência Social.
  - B) o Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Regionais de Assistência Social e os Conselhos Municipais de Assistência Social.
  - C) o Conselho Federal de Serviço Social, os Conselhos Regionais de Serviço Social e as delegacias seccionais.
  - D) o Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Estaduais de Assistência Social, o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal e os Conselhos Municipais de Assistência Social.
  - E) o Conselho Nacional de Assistência Social, os Conselhos Regionais de Assistência Social e as delegacias seccionais.



**63.** O Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social. Sua elaboração é de responsabilidade

- A) do Conselho Federal de Serviço Social.
- B) dos Conselhos Municipais de Serviço Social.
- C) do Conselho Nacional de Assistência Social.
- D) do Conselho Estadual de Serviço Social.
- E) do órgão gestor da política de Assistência Social.

**64.** Em relação à organização e à gestão da política de assistência social, as ações na área desta política são organizadas em sistema

- A) social e centralizado.
- B) privativo e descentralizado.
- C) descentralizado e participativo.
- D) centralizado e participativo.
- E) deliberativo e centralizado.

**65.** O estudo social, a perícia social, o laudo social e o parecer social são instrumentos de trabalho

- A) de domínio dos profissionais de saúde e dos assistentes sociais.
- B) de domínio de assistentes sociais, psicólogos e advogados.
- C) de todas as categorias profissionais da área jurídica, da previdência social e do trabalho em penitenciárias.
- D) de domínio específico e exclusivo do assistente social.
- E) dos assistentes sociais e psicólogos.

**66.** Conforme Yamamoto (2010), o projeto profissional dos assistentes sociais abarca a defesa das prerrogativas desses profissionais; no entanto, por ser dotado de um caráter ético-político, ele se eleva a uma dimensão de

- A) messianismo.
- B) universalidade.
- C) singularidade.
- D) criatividade.
- E) dinamicidade.

**67.** Com relação aos direitos do idoso, o Estatuto do Idoso preconiza o seguinte:

- A) nos transportes coletivos interestaduais, conforme termos da legislação específica, estará reservado 10% das vagas gratuitas por veículo para idosos.
- B) o idoso possui prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, observando-se a reserva de 10% das unidades residenciais.
- C) nos estacionamentos públicos ou privados está assegurado a reserva, com base na lei local de 10% das vagas para idosos.
- D) aos maiores de 65 anos, para que possam ter a gratuidade no transporte coletivo público urbano e semiurbanos, é necessário que apresentem qualquer documento pessoal que comprove a sua idade.
- E) não tendo o idoso ou os seus familiares condições econômicas de prover o seu sustento, torna-se obrigação desse provimento no âmbito da sociedade civil, correspondendo à chamada obrigação alimentar solidária.

**68.** O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 e é entendido como

- A) um instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado.
- B) um instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e centralizado.
- C) um instrumento de controle do Estado sobre os cidadãos.
- D) um meio de controle das doenças socialmente contagiosas.
- E) um instrumento de exclusão da participação popular no processo de gestão democrática.

**69.** Os fóruns privilegiados de deliberação e fiscalização das políticas públicas, com efetiva participação popular são:

- A) oficinas e capacitações.
- B) conselhos e oficinas.
- C) conselhos e conferências.
- D) plebiscitos e referendos.
- E) eleições e plebiscitos.

**70.** Dadas as afirmativas seguintes,

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.

são princípios da política de assistência social expostos na Lei Orgânica de Assistência Social

- A) I, II, III e IV.
- B) somente II e III.
- C) somente I e II.
- D) somente I, III e IV.
- E) somente I, II e IV.

**71.** Os planos, programas e projetos são os meios pelos quais o planejamento se expressa e são também instrumentos de trabalho do Serviço Social. Em relação ao plano, pode-se afirmar:

- A) é o documento que indica um conjunto de programas cujos resultados permitem alcançar o objeto maior de uma política pública.
- B) é a forma contemporânea de planificação.
- C) é o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objeto maior de uma política pública.
- D) é a menor unidade do processo de planejamento.
- E) é o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados.



**72.** O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades voltado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que vincula o recebimento de benefício financeiro ao cumprimento de compromissos nas áreas da(o)

- A) trabalho, previdência social e educação.
- B) educação, cultura e lazer.
- C) saúde, educação e assistência social.
- D) previdência social, educação e cultura.
- E) alimentação, segurança e educação.

**73.** É um dos objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº. 914/1993):

- A) desenvolver ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
- B) estabelecer mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico.
- C) garantir o efetivo atendimento à pessoa portadora de deficiência, sem o indesejável cunho de assistência protecionista.
- D) ampliar as alternativas de absorção econômica das pessoas portadoras de deficiência.
- E) desenvolver programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais das pessoas portadoras de deficiência.

**74.** A Lei nº. 7.853/1989 dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social e aponta que os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos da respectiva Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, algumas medidas. Na área da educação, foram viabilizadas medidas como

- A) o apoio governamental à formação profissional, e a garantia de acesso aos serviços concernentes, inclusive aos cursos regulares voltados à formação profissional.
- B) o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas com a pessoa portadora de deficiência.
- C) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.
- D) a oferta, facultativa e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino.
- E) a criação de uma rede de serviços especializados em reabilitação e habilitação.

**75.** O marco inicial de implantação do Sistema Único de Assistência Social foi

- A) o Centro de Referência de Assistência Social.
- B) a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.
- C) o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- D) a Lei Orgânica de Assistência Social.
- E) o Conselho Nacional de Assistência Social.

**76.** De acordo com Simões (2011), os princípios da seletividade e distributividade presentes na Seguridade Social são considerados os mais complexos pois se contrapõem a dois outros princípios, dos quais:

- A) irredutibilidade do valor dos benefícios e universalidade.
- B) universalidade e equidade.
- C) irredutibilidade do valor dos benefícios e participação da comunidade.
- D) participação da comunidade e diversidade da base de financiamento.
- E) diversidade da base de financiamento e irredutibilidade do valor dos benefícios.

**77.** Em relação à supervisão de estágio pelos profissionais de Serviço Social, pode-se afirmar:

- A) a supervisão de estágio não se configura como um componente curricular do curso de serviço social.
- B) o exercício de reflexão sobre os fundamentos éticos se mostram como necessários na realização da atividade da supervisão de estágio.
- C) somente pode ser desempenhada por assistentes sociais capacitados para tal função.
- D) pode ser desempenhada por todo e qualquer assistente social.
- E) não se configura como competência dos profissionais de serviço social.

**78.** O Sistema Único de Assistência Social criado pela Política Nacional de Assistência Social, rompe com a organização dos serviços com base nos segmentos populacionais específicos e passa a articular-se em redes

- A) de proteção social básica e especial.
- B) sociais.
- C) de interação.
- D) multiprofissionais.
- E) de articulação.

**79.** Dentre as grandes mudanças trazidas com a Constituição Federal de 1988, destaca-se a instituição da seguridade social, que é compreendida como:

- A) constituída pela política de assistência social, de caráter universal destinada àqueles que possuem renda familiar de 4 salários mínimos com a inserção destas em benefícios e na rede de serviços socioassistenciais.
- B) sistema de proteção socioeconômica organizado com base no seguro social que tem como foco os grupos sociais participantes e permanentes do mercado de trabalho.
- C) formada pela política de saúde, de acesso seletivo às áreas de maior vulnerabilidade com base na fragmentação da atenção básica, de média e de alta complexidade.
- D) estruturada por três pilares e, dentre eles, constituído pela política de previdência social, com caráter não contributivo e visa assegurar renda para as situações de risco que retirem ou dispensem o indivíduo da participação na vida economicamente ativa por diversas situações.
- E) sistema de proteção social que a sociedade visa proporcionar a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais.



**80.** Dadas as afirmativas seguintes,

- I. advertência;
- II. inserção em regime de semiliberdade;
- III. obrigação de reparar o dano;
- IV. encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;

conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/1990), são medidas socioeducativas

- A) I, II e III.
- B) apenas IV.
- C) apenas I e II.
- D) apenas I.
- E) apenas II.